



MAPEAMENTO ARQUIVÍSTICO: UMA PROPOSTA TERMINOLÓGICA PARA DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO

Maria Fabiana Izídio de Almeida

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Brasil. Professora Substituta da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Brasil.
E-mail: izidio1985@gmail.com

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil.
Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Brasil.
E-mail: marcia.pazin@unesp.br

Resumo

A prática empírica pode refletir em uma ciência de modo desfavorável, pois baseia-se unicamente em vivências e faltando-lhe conhecimento científico. Essa prática empírica reflete na comunicação entre os profissionais, pois deixa de utilizar a terminologia específica e adequada. Outra vertente que também interfere na comunicação dos profissionais de determinada área é a carência de terminologia e a sua inexistência de padronização, uma vez que obstruem o desenvolvimento da ciência, assim como dificulta as pesquisas científicas em torno de determinado assunto. No que concerne a definição de diagnóstico de arquivo, considera-se a definição apresentada nos dicionários que versam sobre a terminologia arquivística um tanto quanto simplista e abrangente. Outro ponto é a pluralidade de termos designados para o fenômeno diagnóstico de arquivo. Diante disso, coloca-se como questão problema desta pesquisa: quais os benefícios da padronização e ampliação da definição de diagnóstico de arquivo à Arquivologia? Propor um termo para padronizar e ampliar a definição de diagnóstico de arquivo é o objetivo geral desta pesquisa. Para atender o problema proposto e alcançar o objetivo geral apresentado, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, do tipo descritiva, sendo a base principal o levantamento bibliográfico e documental. Como principal resultado identificou-se as variáveis que refletem na composição do arquivo, apresentou-se o termo Mapeamento arquivístico como proposta terminológica para diagnóstico de arquivo, bem como uma definição que segue explanada no texto.

Palavras-chave: Arquivologia. Terminologia Arquivística. Diagnóstico de arquivo. Prática arquivística. Mapeamento arquivístico.

ARCHIVE MAPPING: A TERMINOLOGICAL PROPOSAL FOR RECORDS SURVEY

Abstract

Empirical practice may reflect on a science in an unfavorable way, as it is based solely on experiences and is not based on scientific knowledge. This empirical practice is reflected in the communication between professionals, as it does not use specific and appropriate terminology. Another aspect that also interferes in the communication of professionals in a certain area is the lack of terminology and its non-standardization, as they obstruct the development of science, as well as hinder scientific research on a certain subject. With regard to the definition of records survey, the definition presented in the dictionaries that deal with archival terminology is considered somewhat simplistic and comprehensive. Another point is the plurality of terms designated for the records survey phenomenon. Therefore, the question of this research is raised as a question: what are the benefits of standardizing and expanding the definition of records survey to Archival Science? Proposing a term to standardize and broaden the

definition for records survey is the general objective of this research. To meet the proposed problem and achieve the general objective presented, this research is characterized as qualitative, descriptive, with the main basis being the bibliographic and documentary survey. As a main result, the variables that reflect the composition of the archive were identified, the term Archival Mapping was presented as a terminological proposal for records survey, as well as a definition that follows explained in the text.

Keywords: Archival Science. Archival Terminology. Records survey. Archival practice. Archival mapping.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, até o surgimento dos cursos de graduação em Arquivologia, a gestão e organização dos acervos dos arquivos públicos eram realizadas por profissionais sem formação específica, caracterizando-se até então como uma atividade fortemente empírica. Os profissionais, vindos de outras áreas, aprendiam técnicas de tratamento arquivístico, de acordo com suas atividades, mas sem uma formação global que proporcionasse compreender as diversas dimensões dos arquivos.

A prática empírica pode refletir em uma ciência de modo desfavorável, pois baseia-se unicamente em vivências e não se pauta em conhecimento científico. Denominado também de senso comum, esse conhecimento é “[...] produzido e aprendido por intuição, acidente ou uma observação causal, mas pode ser também resultado de um esforço deliberado para solução de um problema” (ARAÚJO, 2006, p. 18).

Por outro lado, a ciência busca a compreensão do mundo empírico “[...] envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 16).

Essa prática empírica, sem o necessário arcabouço científico, reflete na comunicação entre os profissionais, pois não utiliza a terminologia específica e adequada. A ausência de padronização obstrui o desenvolvimento da ciência, e dificulta as pesquisas científicas em torno de determinado assunto. Essa realidade é recorrente na Arquivologia, pois conforme apontam Braga e Roncaglio (2019, p. 391) “A impressão terminológica é um problema que permeia algumas definições da Arquivologia”.

No contexto da terminologia arquivística, destaca-se nesta pesquisa o diagnóstico de arquivo, que possui uma pluralidade de termos utilizados para designar a mesma atividade, conforme constatado em pesquisa anterior. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram identificados seis termos distintos que versam sobre o diagnóstico de arquivo, são eles: diagnóstico arquivístico, diagnóstico de arquivo, diagnóstico documental, identificação arquivística, identificação documental, mapeamento da informação (ALMEIDA; VALENTIM; VITORIANO, 2020).

No Dicionário de Terminologia Arquivística, Camargo e Bellotto (2010) defendem que o diagnóstico de arquivo compreende o processo de analisar as informações básicas do arquivo, tais como: quantidade, localização e estado físico de documentos e depósitos, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outras. As autoras apontam a implantação de sistemas, bem como o estabelecimento de programas, tais como transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades, como resultado dessa análise de informações básicas.

Quando as atividades dos arquivistas preconizaram a implantação de instituições de formação, fomentando as práticas empíricas e tendo em vista a carência de padronização terminológica da Arquivologia e definições genéricas para o diagnóstico de arquivo, esta pesquisa tem como questão central: quais os benefícios da padronização e ampliação da

definição de diagnóstico de arquivo à Arquivologia? A partir dessa questão tem-se como objetivo geral dessa pesquisa propor um termo para padronizar e ampliar a definição de diagnóstico de arquivo. Para atender o problema proposto e alcançar o objetivo geral apresentado, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, do tipo descritiva, sendo a base principal a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Foram realizadas pesquisas na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), bem como em demais obras pertinentes à esta pesquisa.

O trabalho se justifica, pois pretende fomentar a pesquisa em torno da temática diagnóstico de arquivo e sua padronização terminológica, uma vez que discussões terminológicas contribuem com o crescimento da área, contribuindo para minimizar o empirismo e fomentar as pesquisas em torno dessa temática.

Como principais resultados, foram identificadas as principais variáveis que refletem na composição do arquivo e discute-se o conceito de Mapeamento arquivístico como proposta terminológica para diagnóstico de arquivo, uma vez que o verbo mapear consiste na construção de um mapa com intuito de identificar a situação e, posteriormente, determinar a direção a ser tomada.

2 TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA

A comunicação entre profissionais de determinada área é fundamental para dinamizar pesquisas científicas e para a troca de informações, que garantam o avanço da área. A comunicação científica, possui um sistema complexo, que deve ser facilitado, pelo uso de termos específicos.

O ciclo do processo da comunicação tem início em uma fonte de informação, que pode ser caracterizada por “[...] qualquer pessoa, documento, organismo ou instituição que transmite informações” (ARRUDA, 2002, p. 99). Independente do suporte onde a informação esteja registrada, caso essa informação seja passível de ser transmitida e comunicada, pode ser caracterizada como uma fonte de informação. As fontes de informação podem ser primárias (congressos, seminários, trabalhos acadêmicos, patentes, normas técnicas, etc.), secundárias (bibliografias, manuais, dicionários, etc.) e terciárias (bibliografias de bibliografias, cadastros, centros de informação, bibliotecas, etc).

Em ambientes profissionais, a terminologia contribui diretamente com a diminuição dos ruídos informacionais, visto que a

A terminologia é meio de expressão e comunicação técnicas. Isso vale dizer que a terminologia corresponde, no meio técnico e científico, à língua, que é o conjunto articulado de signos representados por palavras escritas ou faladas, quando se trata de uma comunidade, país ou conjunto de países, que a utilizam tradicionalmente como veículo de expressão ou comunicação dos seus membros, ou das pessoas que, não fazendo parte deles, a usam para contatarem seus membros; a terminologia equivale, ainda, à linguagem, quando se trata de vocábulos próprios do entendimento mútuo de determinado grupo social ou profissional. (BELLOTTO, 2007, p. 47-48).

Percebe-se, pela definição, a importância de a Arquivologia visitar, discutir e padronizar sua terminologia, que tem demonstrado há anos com uma carência nesse campo. A construção e a aplicabilidade da terminologia “[...] tem vantagens tão evidentes, tais como facilitar o entendimento entre os profissionais; aumentar a qualidade técnica dos trabalhos

nas respectivas áreas e constituir-se instrumental útil para a formação e treinamento” (BELLOTTO, 2007, p. 49-50).

No cenário internacional, os esforços em busca da consolidação da Arquivologia por meio da padronização e definição de termos inicia-se com a criação do Conselho Internacional de Arquivos no Ano de 1948, onde foi instituído um comitê, que realizou um levantamento de termos e suas correspondências em seis idiomas, entre os Anos de 1954 e 1963 (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

A partir desse resultado pioneiro, outros trabalhos foram publicados ampliando a base terminológica da área. Esses termos subsidiaram a experiência do Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), conforme pode ser visto no Quadro 1 – “Iniciativas terminológicas internacionais”, em sequência:

Quadro 1 – Iniciativas terminológicas internacionais

Ano	Referência	Língua	Nº termos
1964	<i>Elsevier's Lexicon of archive terminology (CIA)</i>	Francês. Termos equivalentes em: inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês.	175
1974	<i>A Basic glossary for archivists, manuscript curators, and records managers (Society of American Archivists)</i>	Inglês	127
1976	<i>Terminology of documentation (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO))</i>	Inglês. Termos equivalente em francês, alemão, russo e espanhol	1200
1984	<i>Dictionary of archival terminology – DAT 1 (CIA)</i>	Inglês e francês Termos equivalentes em: holandês, alemão, italiano, russo e espanhol.	503
1988	<i>Dictionary of archival terminology -DAT 2 (CIA)</i>	Inglês e francês Termos equivalentes em: holandês, alemão, italiano, russo e espanhol,	486
1993	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística Portugal</i>	Português. Termos equivalentes em: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português (Brasil)	467
1997	<i>Hacia un diccionario de terminologia archivística (Grupo Iberoamericano de Tratamiento de Archivos Administrativos)</i>	Espanhol Termos utilizados em Espanha, Colômbia, Cuba, México, Brasil e Portugal.	Não identificado
2002	<i>Dictionary of archival terminology - DAT 3 (Grupo de Trabalho do Conselho Internacional de Arquivos)</i>	Inglês Termos equivalentes em francês, alemão e espanhol	313

Fonte: Adaptado de Arquivo Nacional (2005)

A partir do panorama exposto no Quadro 1, nota-se que os esforços no âmbito internacional remetem a sete Décadas em que as contribuições para a construção da terminologia arquivística contaram com trabalhos de diferentes países, isso por meio de diferentes iniciativas, como o Conselho Internacional de Arquivos e a UNESCO.

No âmbito brasileiro a discussão terminológica iniciou-se a partir da fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, e evoluiu passando por diversas iniciativas, a partir do grupo de estudos formado com o objetivo de estudar a terminologia arquivística no âmbito da Associação (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

O resumo das experiências mais relevantes está sistematizado no Quadro 2 – “Dicionários, glossários e normas arquivísticas” com intuito de apresentar a referência do documento, seu objetivo, bem como a quantidade de termos adotados na época. Ressalta-se ainda, que apesar de identificadas, não obteve acesso a todas as obras. Ainda assim, o Quadro 2 propicia uma visão geral da evolução da trajetória da terminologia arquivística brasileira, a partir das obras elaboradas:

Quadro 2 – Dicionários, glossários e normas arquivísticas

Ordem	Referência	Objetivo	Quantidade de Termos
1	Glossário AAB, 1972	Sem acesso	132 termos
2	NBR 9578, setembro, 1986	Esta Norma define os termos empregados nos arquivos em geral	65 termos
3	Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira, 1989	Sem acesso	537
4	Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística, 1989	Sem acesso	Sem acesso
5	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	Sem acesso	Sem acesso
6	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. São Paulo: CENADEN, 1990	Sem acesso	Sem acesso
7	Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996	Adaptar os verbetes à realidade brasileira, modificando o sentido de alguns vocábulos, incluindo outros e suprimindo aqueles que pareceram supérfluos ou inadequados.	Mais de 600
8	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005	Normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico	462

9	CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008	Definir, de forma clara, sucinta e simples, os termos utilizados por bibliotecários, arquivistas e demais profissionais da ampla e multifacetada área de ciência da informação, facilitando a expansão de seus conhecimentos.	Mais de 4 mil verbetes
---	--	---	------------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Como é possível observar, no Quadro 2, foram identificados nove documentos entre normas, glossários e dicionários que buscaram e, ainda buscam, ao longo dos anos a consolidação e padronização dos termos da arquivologia. Bellotto (2007, p. 53) é categórica ao ressaltar a relevância de uma terminologia própria da arquivística, como um dos elementos fundamentais “[...] para a definitiva consolidação, não só da profissão do arquivista, como da própria área, contribuindo para uma maior nitidez dos seus contornos, de modo a distingui-la das outras”.

Nota-se que, a conjuntura brasileira, no que concerne a construção da elaboração da terminologia arquivística, não difere da internacional, onde a busca por padronizar e definir termos ocorreu por meio de discussões de instituições e publicações de dicionários, glossários e normas. Porém, ainda existem, nos dias atuais, uma variedade de termos e definições aplicados ao mesmo fenômeno, como é o caso do diagnóstico de arquivo, foco desta pesquisa.

Sem dúvida, as atividades empíricas contribuem de modo desfavorável com a padronização terminológica, somado a isso, as lacunas ainda existentes nos dicionários e glossários brasileiros fomentam esse cenário. Para sanar tais lacunas, as instituições arquivísticas não cessaram seus trabalhos e esforços para amainá-las. A exemplo, no Ano de 2018 a Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo (ARQ/SP) promoveu o I Seminário de Terminologia Arquivística, com o objetivo de

[...] adensar, teoricamente, o sentido e o alcance de termos que tradicionalmente vêm sendo empregados no trato com os arquivos, apesar de muitos deles serem também utilizados (com teor similar ou não) por outras disciplinas, como a biblioteconomia, a museologia e a tecnologia da informação. Evitando uma abordagem corporativista, a ideia é não só aprofundar a análise de termos que procuram dar conta dos elementos centrais da ciência arquivística, isto é, daqueles que lhe conferem especificidade a autonomia, mas avaliar um fenômeno recente, qual seja, o da criação de novos termos para designar requisitos e procedimentos próprios dos chamados arquivos digitais (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Essas discussões em torno da terminologia e dos novos fenômenos que cercam a Arquivologia, como é o caso dos documentos digitais, é imprescindível para que o vocabulário não fique obsoleto, ou tampouco culmine em adoções de palavras com base na atuação prática e experiências empíricas, como no caso do recorte desta pesquisa, o diagnóstico de arquivo.

3 VARIÁVEIS QUE CONSTITUEM O ARQUIVO

A compreensão da composição e do funcionamento dos arquivos é um processo complexo, que depende da análise de uma série de variáveis constituintes, desde as ações que

determinam a produção documental até a própria existência do arquivo enquanto espaço destinado ao tratamento, guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela organização.

Atos administrativos e jurídicos devem ser representados por meio de um registro, o documento, independentemente do suporte selecionado para essa finalidade. Essa representação se faz a partir da espécie documental, que é a “Configuração que assume o documento, de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO; BELLOTTO, 2021, p. 46) e, posteriormente ao tipo documental, que consiste no “[...] número e a disposição dos elementos da informação que correspondem à atividade que o produziu. Depende, por isso, das funções e atividades dos homens e das instituições” (VICENTA CORTÉS, 1989, *apud* BELLOTTO, 2014, p. 350).

Nota-se nas definições apresentadas acima, que o documento é o produto final de um fato, um ato, da espécie selecionada para realizar o registro, da função e atividade para direcionar o tipo de documento. Logo, esses registros, representados nos tipos de documentos, que se ligam diretamente à missão, funções e atividades da organização compõem e configuram o arquivo da organização.

É conveniente destacar também que, de antemão a organização faz parte de um ramo de negócio, que possui objetivos e objetos delineados no seu contrato social. Todos esses elementos serão observados no arquivo da organização, que são

[...] entendidos como os serviços responsáveis pela implementação de gestão de documentos e sistemas de arquivamento, que garantem a conservação, custódia e disponibilidade de documentos gerados por órgãos públicos, empresas ou indivíduos no exercício e desenvolvimento de suas atividades, são ferramentas insubstituíveis para apoiar os direitos básicos das pessoas, entre outros, o direito à identidade pessoal, o direito à propriedade privada ou o direito à informação. Eles também são o principal instrumento para assegurar o conhecimento da verdade sobre violações dos direitos humanos, quando estas tenham ocorrido, e a melhor garantia para obter evidências precisas para punir os responsáveis por tais violações e conseguir reparação para as vítimas (QUINTANA; PALACIOS; SERRANO; HERNÁNDEZ, 2017, p. 372).

Tendo em vista a definição acima apresentada para arquivo, assinala-se a relevância e a complexidade que os cercam. Logo, não se pode considerar que sejam apenas simples depósitos de documentos, e sim que se constituem em uma ferramenta tão vital para a organização, como também para a sociedade.

Além dos documentos, as atividades desenvolvidas pelos colaboradores para atender as diversas demandas dentro da organização acontecem por meio de fluxos de informação, que podem ser informais ou formais. Os fluxos formais constituem em

[...] um processo de comunicação dinâmico, que ocorre em diferentes ambientes informacionais, com o objetivo de transmitir informações, com valor agregado, de um emissor para um receptor ou múltiplos receptores, visando responder as mais complexas necessidades informacionais e possibilitando a geração de conhecimento (ARAÚJO; SILVA; VARVAKIS, 2017, p. 60).

Todo esse processo acontece de modo muito natural nas organizações, mediante a produção e, também a recepção das informações necessárias para realizar as atividades e tem possibilidades de gerar novos conhecimentos. “A informação se constitui em elemento natural

dos ambientes organizacionais, visto que toda ação tem origem na informação, que por sua vez resulta em nova informação” (VALENTIM, 2010, p. 13). Compreender esses fluxos de informação contribui diretamente com as atividades do arquivista.

Por outro lado, os fluxos de informação, inserem-se no âmbito do cumprimento de funções, processos e atividades característicos de cada organização. As atividades realizadas pelos colaboradores com intuito de atender a uma função consistem em uma

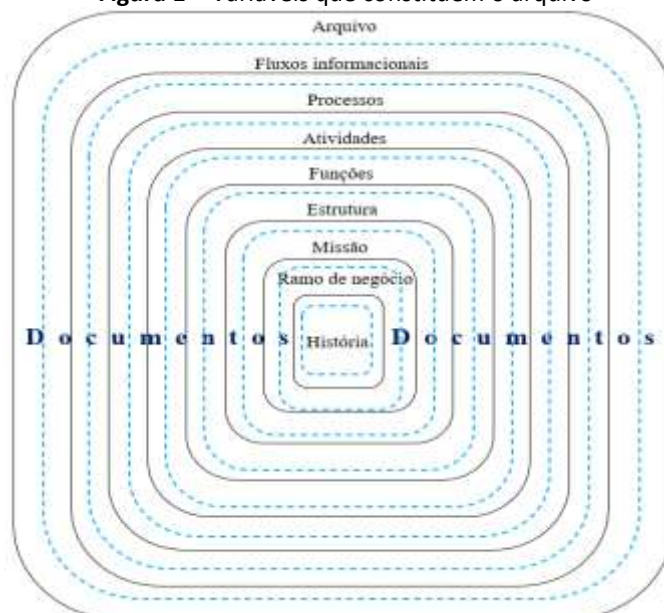
- (1) Parte do trabalho executado por uma pequena equipe, sob o comando de uma chefia.
- (2) Menor unidade de trabalho de um projeto.
- (3) Ação para a realização de uma tarefa.
- (4) Constitui-se uma das etapas de um processo ou de uma tarefa.
- (5) Aplicação das técnicas disponíveis, objetivando realizar a finalidade programada.
- (6) A junção de várias atividades forma uma tarefa (DUARTE, 2011, p. 101).

A partir dessa definição apresentada, é possível perceber que as atividades são pequenas tarefas realizadas no dia-a-dia da empresa, para que possam realizar os processos que visam uma

Série de etapas ordenadas que tem por objetivo fornecer um produto ou serviço. Existem critérios de transição de uma etapa para outra. Cada etapa produz subprodutos consumidos pela etapa posterior, até que se conclua o processo. Exemplos: processo produtivo de uma fábrica, atendimento ao cliente, etapas na manutenção de produtos, etc. (ARRUDA CONSULT, 2020).

Tendo em vista o exposto até aqui, para propiciar uma visão sistêmica das variáveis que constituem um arquivo, elaborou-se a Figura 1 – “Variáveis que constituem o arquivo”, que segue abaixo, com o objetivo de destacar a visão holística que o arquivista precisa praticar para compreender a formação do arquivo em que atua.

Figura 1 – Variáveis que constituem o arquivo



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

A Figura 1 apresenta nove variáveis: história da organização, ramo de negócio, missão, estrutura administrativa, funções, atividades, processos, fluxos informacionais e o próprio

arquivo. Em torno dessas variáveis, a todo momento, estão os documentos que são produzidos e recebidos, isso independente do suporte que a informação esteja registrada. Qualquer ação dessas variáveis reflete no arquivo, desde sua constituição, tipo de documento, prazo de guarda, enfim, todas as atividades que abarcam a gestão de documentos, incluindo os fluxos informacionais.

Como demonstrado na Figura 1 todas essas variáveis têm relação com a produção, como o arquivamento, os prazos de vigência e de eliminação dos documentos. Por isso, o arquivista precisa conhecer, dominar e/ ou controlar essas variáveis para implantar a gestão de documentos e gerir o arquivo da organização.

Tendo em vista esse aparato de situações, que o arquivista precisa permear, torna-se imprescindível a ampliação do conceito de diagnóstico de arquivo, de modo a contemplar a multiplicidade de questões envolvidas no contexto e na materialidade da produção documental, possibilitando maior abrangência de compreensão sobre o universo documental da organização. Para isso, é necessário que se estabeleça uma terminologia mais apropriada que reflita a complexidade dessa atividade.

3.1 Diagnóstico de arquivo

A necessidade de compreensão das variáveis que compõem o arquivo determina a atuação do arquivista na etapa inicial da gestão de documentos, o momento de identificação das condições do arquivo e de seus documentos.

Tendo em vista o levantamento realizado em três dicionários que versam sobre a terminologia arquivística, foi realizada uma busca pelos termos “diagnóstico de arquivo”, “censo de arquivo” e “identificação”, termos comumente utilizados para identificar o processo que ocorre no primeiro contato do profissional com a entidade e o acervo a ser organizado. O Quadro 3 – “Definições para Diagnóstico de arquivo, Censo de Arquivo e Identificação”, que segue abaixo, apresenta as definições e suas respectivas referências em ordem cronológica.

Quadro 3 – Definições para Diagnóstico de arquivo, Censo de Arquivo e Identificação

Ordem	Dicionário	Termo	Definição
1ª	Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996	Diagnóstico de arquivo	Análise de informações básicas (quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outras) sobre arquivos, a fim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades (p. 24)
2ª	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005	Censo de arquivo	Levantamento oficial, em geral periódico, dos arquivos de um determinado universo, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos (p. 46)
3ª	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005	Identificação	Processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual (p. 104)

4ª	Dicionário de biblioteconomia e arquivologia, 2008	Diagnóstico de arquivo	Levantamento de informações relativas à quantidade, forma, tipo, localização, condições de conservação, taxa de acumulação, cronologia, frequência de utilização dos documentos e dados similares, afim de planejar programas de acumulação, eliminação, microfilmagem e outras atividades arquivísticas (baseado no ICA); levantamento de arquivos, levantamento documental (p. 71 - pdf)
5ª	Dicionário de biblioteconomia e arquivologia, 2008	Identificação	Processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivo com vistas ao seu controle físico e/ ou intelectual (p. 104 - pdf)

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021)

Nota-se na primeira e na quarta definição uma similaridade, pois ambas abarcam questões físicas e estruturais do arquivo, porém o Dicionário de biblioteconomia e arquivologia, ao final da definição contempla o levantamento documental.

A segunda definição apresentada pelo Arquivo Nacional está contemplada a partir do termo censo de arquivos e não diagnóstico de arquivo e sua definição é generalista, apontando um levantamento de dados quantitativos e qualitativos como o objetivo do censo de arquivos, no entanto, não configura quais seriam os tipos de dados quantitativo e qualitativo que necessitam ser identificados.

No que se refere ao termo identificação as definições encontradas são exatamente iguais, como pode ser observado na terceira e quinta posição do Quadro 3. A definição destaca que o processo de reconhecimento deve contemplar o controle físico e intelectual do arquivo, porém também não apresenta quais atividades e informações devem ser levantadas, incluindo as relativas à informação orgânica produzida.

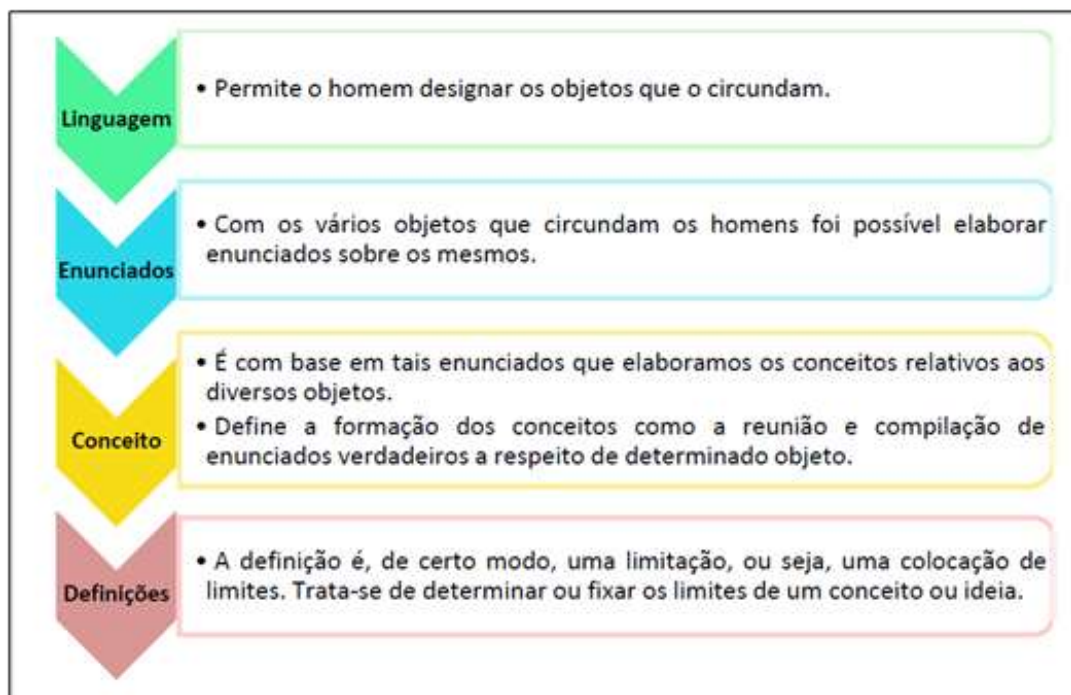
Para responder aos questionamentos em torno da informação orgânica, planejá-la, gerenciá-la, controlá-la por meio da implantação da gestão de documentos, é preciso ir até o produtor do documento e sanar as problemáticas que atingem inclusive a gênese documental e a partir daí investigar toda ambiência da organização, como apontado nas variáveis que constituem o arquivo. Como argumenta Dahlberg (1978, p. 101) “O conhecimento fixou-se através dos elementos da linguagem. Novos conhecimentos apareceram com novos elementos linguísticos e, também, através destes tornaram-se mais claros e distintos”. Nesse sentido, é latente a ampliação e a necessidade de adequação do termo “diagnóstico de arquivo”, bem como de sua definição, à nova realidade arquivística.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando o objetivo geral desta pesquisa que é discutir e analisar um termo apropriado para padronizar e ampliar a definição para diagnóstico de arquivo, foi necessário buscar na Teoria do conceito (DAHLBERT, 1978) elementos para embasar a proposta do termo, bem como orientar sua definição. Ingertraut Dahlberg é uma das precursoras da teoria do conceito e o define como “A compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

A autora disserta que a formação de um conceito está imbricada na linguagem, enunciados, conceito e definição. A Figura 2 – “Compilação de Linguagem, Enunciados, Conceitos e Definições” demonstra a sistematização da proposta de Dahlberg (1978).

Figura 2 – Compilação de Linguagem, Enunciados, Conceitos e Definições



Fonte: Baseado em Dahlberg (1978) *apud* Lehmkuhl, Vianna e Silva (2019, p. 979)

Para a autora, as definições limitam determinado fenômeno, limitação essa que propicia ao pesquisador identificar seu objeto com mais clareza, como colabora Yeo (2007):

[...] definições podem não oferecer verdades irrefutáveis, mas são ainda úteis para muitos propósitos. Elas auxiliam os novatos em sua profissão, [...] ajudam profissionais estabelecidos na análise de conceitos básicos, [...] bem como especialistas de outras áreas do conhecimento ou público geral (YEO, 2007, p. 318, *apud* RONDINELLI, 2013, p. 19).

As definições também colaboram com a unicidade dos termos, uma vez que há uma definição clara, que limita, mas também direciona determinado fenômeno, o profissional, o pesquisador e demais interessados, que passam a não buscar elementos para agregar ao fenômeno, evitando assim utilizar outros termos e definições. De modo geral, sabem o que é e o que não é determinado termo.

Dahlberg (1978) destaca que há as definições nominais e as reais, sendo que as reais podem ser simples ou complexas e que diferenciar uma definição nominal da real pode ser uma atividade difícil. A definição real consiste na relação sobre o conhecimento do objeto. Já a definição nominal visa a fixação do sentido de uma palavra. “Enquanto que a definição real procura delimitar a intenção de determinado conceito distinguindo-o de outros com idênticas características. A definição nominal relaciona-se com o conhecimento contido na linguagem” (DAHLBERG, 1978, p. 106).

Diante do exposto, entende-se que o termo diagnóstico de arquivo necessita de atualização, tendo em vista o paradigma pós custodial, iniciado no final do Século XX, que insere a Arquivologia no campo da Ciência da Informação e “[...] entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação” (SOARES; PINTO; MALHEIRO, 2015, p. 22), assim como a globalização, a revolução tecnológica

que transformou o suporte do documento, as novas atuações do arquivista e todas as variáveis que refletem o gerenciamento de um arquivo atualmente, propõe nesta pesquisa a utilização do termo “mapeamento arquivístico”.

Mapear é um verbo consolidado na Ciência da Administração, de acordo com o Dicionário *Online* (2021) “Mapear consiste em construir um mapa, dar direção”. Em pesquisas realizadas o termo mapear ainda não foi utilizado com alusão a diagnóstico de arquivo e a partir dele pode-se considerar desde a identificação das questões informacionais, de processos, de história, dentre outros, como também as questões físicas do arquivo, como proposto por Camargo; Bellotto (1996) e Cunha; Cavalcanti (2008).

Ao realizar o mapeamento arquivístico, o profissional da informação terá um repertório apropriado para implantação da gestão de documentos, para elaboração dos instrumentos arquivísticos, para compreensão da produção documental e vínculo arquivístico, terá uma visão holística de todos os processos da organização, bem como outras informações que otimizará suas atividades, trazendo intervenções e resultados assertivos ao seu trabalho, não necessitando realizar diferentes metodologias arquivísticas.

Deste ponto de vista, o mapeamento arquivístico compreende a pesquisa, a identificação, o levantamento e controle de todas as variáveis que refletem o arquivo da organização em que se atua, conforme demonstrado na Figura 1 contemplando as seguintes atividades:

1. Pesquisar a história da organização e de seus fundadores
2. Levantar o ramo de negócio e a missão;
3. Levantar a estrutura administrativa;
4. Pesquisar e identificar as funções e as atividades;
5. Mapear os processos
6. Identificar os fluxos informacionais
7. Levantar as características físicas do arquivo
8. Identificar os tipos de documentos (em todas as atividades)

Após a proposta das atividades que compõem o mapeamento arquivístico, a definição que se propõe é uma definição real, de acordo com a proposta de Dalhberg (1978) e esse segue definido como:

Mapeamento arquivístico é a atividade vital para a implantação da gestão de documentos, que busca por meio das suas atividades (levantar o ramo de negócio e a missão; levantar a estrutura administrativa; pesquisar e identificar as funções e as atividades; mapear os processos; identificar os fluxos informacionais; levantar as características físicas do arquivo; identificar os tipos de documentos (em todas as atividades) controlar todas as variáveis (história, ramo de negócio, missão, estrutura, função, atividades, processos, fluxos informacionais, arquivo e documentos) que refletem no arquivo, com vistas à uma implantação total e eficiente da gestão de documentos.

De acordo com Dalhberg (1978, p. 107), “percebe-se que as definições dependem do conhecimento que se tem dos respectivos assuntos”. Espera-se que o termo mapeamento arquivístico minimize a utilização de pluralidade encontrada atualmente para diagnóstico de arquivo, isso porque, esse termo não reflete mais essa atividade arquivística. E, que a definição proposta, bem como as atividades a serem realizadas propicie um caminho efetivo aos arquivistas ao estudar, gerenciar e controlar um acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tríade teoria-prática-teoria propicia ao profissional e ao pesquisador vivenciar as lacunas existentes nos fenômenos pertencentes a sua área de atuação. Compreender, investigar e propor novos conceitos, termos e práticas é saudável a ciência e a todos os

profissionais. A terminologia na Arquivologia, bem como determinadas atividades ainda possuem grandes desafios, isso por conta da sua recente história no Brasil, ainda hoje fazemos parte do seu desenvolvimento e, também pelas práticas empíricas, que facilmente pluralizam termos, transformando os fenômenos a cada dia.

É o arquivista e pesquisadores da área que devem assumir esse compromisso de contribuir com a consolidação, padronização de termos e práticas. Porém, como expõem Braga; Roncaglio (2019), isso não é uma tarefa fácil para os profissionais da área, pois “[...] enfrentam a falta de um rigor científico que determine o uso de conceitos e noções relacionados ao tema”. (BRAGA; RONCAGLIO, 2019, p. 391).

Nesta análise, buscou-se dar ao diagnóstico de arquivo um novo olhar, não só pela complexidade que atividade contempla, mas também por acreditar, que é a partir dela que se obterá o sucesso ou insucesso, compreenda o insucesso como constantes retrabalhos na implantação da gestão de documentos.

A utilização de várias atividades arquivísticas que buscam de certo modo o mesmo objetivo (conhecer o acervo, a instituição, a documentação, dentre outros) podem trazer confusão aos arquivistas, no momento de iniciar seus trabalhos. Ter uma única atividade que contemple toda a complexidade das variáveis do arquivo, dinamiza e traz segurança nas atividades, como também refletem nos resultados

A reflexão sobre as definições correntes de diagnóstico de arquivo e a sua limitação conceitual em relação às necessidades tanto da teoria, quanto da prática arquivísticas demonstram a necessidade de uma revisão terminológica da área em diversos níveis.

Entende-se que a terminologia e sua padronização impulsionam e fomentam as pesquisas, amenizam as práticas empíricas e consolida a área. É esta contribuição que esta pesquisa busca.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. I.; VALENTIM, M. L. P.; VITORIANO, M. C. C. P. Padronização da terminologia arquivística: o diagnóstico de arquivo em foco. **Ágora**, v. 30, n. 61, p. 599-612, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/142098> . Acesso em: 11 dez. 2020.

ARAÚJO, W. N. C. S. O.; SILVA, E. L. C.; VARVAKIS, G. J. Fluxos de informação em projetos de inovação: estudo em três organizações. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/22953> . Acesso em: 11 out. 2017.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

ARRUDA CONSULT. **Dicionário de Termos Técnicos de Administração**. *Online*. Disponível em <http://www.arrudaconsult.com.br/2013/03/dicionario-terminos-tecnico-administracao.html> Acessado em 04 ago. de 2020.

ASSOCIAÇÃODOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **SEMINÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA**, 2018. Disponível em: <http://arqsp.org.br/i-seminario-de-terminologia-arquivistica> . Acesso em 29 de jun. de 2019.

BELLOTTO, H. L. A Terminologia das Áreas do Saber e do Fazer: O caso da arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 47-56, jan/dez 2007. Disponível em

<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/6> . Acessado em 10 de nov. de 2020.

BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. In: **ARQUIVO: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRAGA, M. G. RONCAGLIO, C. Os usos do termo diagnóstico na literatura arquivística. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 390-413, jan./abr. 2019 DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245251.390-413>.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, dez. 1978. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 13 ago. 2018. doi: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115>.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de Administração e negócios**. Le Livros, 2011.

LEHMKUHL, C. S.; VIANNA, W. B.; SILVA, E. C. L. Informação arquivística e informação orgânica frente à teoria do conceito. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 976-996, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n.3.2019. Acesso em: 05 jan. 2021.

QUINTANA, A. G.; PALACIOS, B. B.; SERRANO, F. V.; HERNÁNDEZ, L. B. Declaração sobre arquivos empresariais e direitos humanos. In: **Informação Arquivística**, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42440> . Acesso em: 01 ago. 2020.

RONDINELLI, R.C. **O documento arquivístico ante à realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial da Arquivística. **Revista a&b.**, s. 3, n. 4, 22-39, 2015.

Recebido em/Received: 03/12/2021 | Aprovado em/Approved: 10/12/2021
